

O CURRÍCULO ORGANIZADO EM CICLOS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES

GT04 - Formação dos docentes e dirigentes escolares: currículo e prática pedagógica.

Anuska Andréia de Sousa Silva¹ – UFPE² –Brasil - anuskaandrea@hotmail.com

RESUMO

A organização curricular atualmente utilizada pela Secretaria Municipal da Educação da cidade do Salvador (SMED) é em ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental I. No período de 2010 a 2011, a Escola Municipal Lagoa do Abaeté realizou um trabalho sistemático acerca do currículo organizado em ciclos e a prática pedagógica dos docentes. O objetivo geral do trabalho foi adequar às práticas pedagógicas do corpo docente ao currículo organizado em ciclos. Os resultados foram: agrupamento dos professores por ciclos; estruturação de parâmetros curriculares para cada ciclo; abandono da semana de prova; reconfiguração do Conselho de Classe; e inclusão na rotina escolar das classes de apoio à aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo – Escola Ciclada – Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A organização curricular em ciclos teve início no cenário brasileiro a partir das décadas de 1960 e 1970 e se intensificou nos anos 1980 no Ensino Fundamental I. Só no decorrer dos anos 1990 que os ciclos foram utilizados também no Ensino Fundamental II.

Tal organização curricular emergiu da necessidade de diminuir as altas taxas de repetência nas escolas públicas, na tentativa de amenizar o fracasso escolar, como forma de superar a escola seriada.

O presente artigo é o resultado de dois anos de trabalho acerca do currículo organizado em ciclos e a prática pedagógica dos docentes da Escola Municipal Lagoa

¹Professora e Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação da cidade do Salvador.

²Doutoranda em Educação na Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação.

do Abaeté, localizada na cidade do Salvador, no Estado Bahia, se caracterizando, portanto na modalidade de relato de experiência.

O objetivo geral desse trabalho foi adequar às práticas pedagógicas do corpo docente ao currículo organizado em ciclos.

Já os objetivos específicos foram: reorganizar os professores por ciclo; estruturar parâmetros curriculares para cada ciclo; adequar a avaliação da aprendizagem à escola ciclada; reformular o funcionamento dos conselhos de classe; e incluir na rotina diária da escola o trabalho com as classes de apoio à aprendizagem.

No que se refere à metodologia adotada, inicialmente foi utilizado o formato habitual de formação continuada que a Rede Municipal de Ensino estava habituada a realizar. Ou seja, em um dos dias da Atividade Complementar – AC, a coordenadora pedagógica da Unidade Escolar realizava uma formação continuada com os docentes de forma formal, com slides, folder com a programação, textos de apoio, etc.

Como não houve muita aceitação, a coordenação no primeiro momento parou de fazer as formações continuadas, ficando as reuniões de Atividade Complementar para os informes, discutir pontos relevantes da rotina escolar e realização de planejamentos de aula.

No ano seguinte já em 2011 a coordenação pedagógica alterou sua rotina de trabalho incluindo a Atividade Complementar individual. Nos dias em que o professor tivesse um horário vago em sua turma, pois os seus alunos estariam com aulas extras (Inglês, Artes e ou Informática), havia um momento dedicado a estudo com a coordenação pedagógica.

Assim, havia dois momentos importantes por semana (individual e coletivo) para que o professor juntamente com a gestão escolar refletisse sua prática adequando à escola ciclada.

Como resultados podemos elencar que houve o agrupamento dos professores por ciclos, estruturação de parâmetros curriculares para cada ciclo, abandono da semana de prova, reconfiguração do Conselho de Classe e inclusão na rotina escolar das classes de apoio à aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, no artigo 23, explicita algumas formas em que os estabelecimentos de ensino podem organizar os seus currículos. A forma mais habitual na Educação Brasileira era o sistema seriado, onde o aluno é aprovado ou reprovado no final de cada ano de ensino a depender do seu aprendizado.

A LDB trouxe outras possibilidades como períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por outras formas desde que o interesse do processo de aprendizagem se fizer necessário.

A organização curricular atualmente utilizada pela SMED é em ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental I. O Ensino Fundamental I está organizado em ciclo de aprendizagem I (1º, 2º e 3º ano) com alunos de 6 a 8 anos e o ciclo de aprendizagem II (4º e 5º ano) com discentes de 9 e 10 anos de idade. A progressão continuada se processa na mudança de um ano para outro, podendo ter retenção apenas do 3º para o 4º ano e do 5º para o 6º ano (Ensino Fundamental II).

A organização em ciclos tem crescido no Brasil, conforme Tabela 01, resultado apontado pelo Censo Escolar 2009.

TABELA 01 – NÚMERO DE ESCOLAS ORGANIZADO EM CICLOS (BRASIL)

FONTE: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/13105/a-cada-100-escolas-25-sao-organizadas-por-ciclos>

Número de escolas			
	Total	Ciclos	Seriado
Brasil	152.251	25,4%	74,6%
Norte	21.979	10,6%	89,4%
Nordeste	68.380	11,8%	88,2%
Sudeste	37.802	64,4%	35,6%
Sul	16.547	14,8%	85,2%
Centro-Oeste	7.543	19,1%	80,9%
Fonte: Censo Escolar 2009			

É importante salientar que mesmo o sistema sendo ciclizado isso não necessariamente corresponde às práticas escolares dentro dessa perspectiva, ou seja, a

organização curricular é alterada, mas até que toda a comunidade escolar aprenda as demandas necessárias para esse tipo de organização, as práticas pedagógicas permanecem ancoradas no sistema seriado.

Segundo Perrenoud (2004), o ciclo de aprendizagem é a reordenação de uma sequência de séries (ou níveis) anuais. O ciclo pressupõe uma aplicação do tempo anual, que pode ser organizado em ciclos de dois, três, quatro ou mais anos, contemplando, assim, as diferenças de ritmo dos alunos.

A organização curricular em ciclos teve início no cenário brasileiro a partir das décadas de 1960 e 1970 e se intensificou nos anos 1980 no Ensino Fundamental I. Só no decorrer dos anos 1990 que os ciclos foram utilizados também no Ensino Fundamental II.

Tal organização curricular emergiu da necessidade de diminuir as altas taxas de repetência nas escolas públicas, na tentativa de amenizar o fracasso escolar, como forma de superar a escola seriada.

Segundo Mainardes (2009, p.14), a escola em ciclos é uma política complexa que possui justificativas filosóficas e políticas, psicológicas, antropológicas e sociológicas.

As justificativas de cunho filosófico e político perpassam pela ideia de que os ciclos permitem a ampliação do direito à educação, fortalecem os processos democráticos e amenizam as práticas de exclusão escolar (MAINARDES, 2009, p.14).

No que se referem aos fundamentos psicológicos, as concepções defendidas são: a aprendizagem é um processo que ultrapassa o período de um ano letivo; a escola deve atender às diferenças individuais de aprendizagem; a não reprovação fortalece a melhoria da autoestima; a diversidade de ritmos de aprendizagens enriquece as trocas entre os alunos; e maior possibilidade dos alunos desempenharem um papel mais ativo na construção de suas próprias aprendizagens (MAINARDES, 2009, p.15).

Dentre os aspectos antropológicos, a ideia defendida é de que o papel da escola é contemplar o desenvolvimento pleno do educando (ARROYO *apud* MAINARDES, 2009, p.15).

Já no que se refere aos fundamentos sociológicos, a escola ciclada favorece um ambiente menos seletivo, em que os diferentes grupos sociais podem conviver de forma significativa para favorecer a aprendizagem colaborativa (MAINARDES, 2009, p.17).

É importante destacar que há diferentes modalidades dos ciclos implantados em diversas redes municipais e estaduais no país. Algumas dessas modalidades mais utilizadas são: ciclos de aprendizagem; ciclos de formação; regime de progressão continuada; bloco inicial de alfabetização e ciclo inicial do Ensino Fundamental.

Nos ciclos de aprendizagem os anos de escolaridade são organizados em períodos plurianuais de dois, três anos ou mais. As características dessa modalidade são: meio de enfrentar o fracasso escolar e construir uma escola de qualidade, garantindo a aprendizagem do corpo discente através da progressão de aprendizagens; a progressão das aprendizagens é possível quando é utilizada uma pedagogia diferenciada com avaliação formativa e trabalho coletivo do corpo docente; e a organização dos ciclos possibilita a continuidade da aprendizagem e maiores possibilidades de atendimento diferenciado aos estudantes.

Os ciclos de formação utilizam o desenvolvimento humano (infância, pré-adolescência e adolescência) para agrupar os alunos de acordo com a idade. As características dessa modalidade perpassam pelos aspectos antropológicos e socioculturais. As duas experiências mais conhecidas no âmbito brasileiro são a Escola Cidadão (Porto Alegre) e Escola Plural (Belo Horizonte).

Já no Regime de Progressão Continuada, o Ensino Fundamental é organizado em dois ou mais ciclos, onde a reprovação só é permitida no final de cada ciclo.

Outra forma de organização curricular por ciclos é o Bloco Inicial de Alfabetização. O exemplo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o Bloco Inicial de Alfabetização é intitulado de BIA. O objetivo do BIA no Distrito Federal é a reestruturação do Ensino Fundamental para 9 anos, para que a criança tenha garantias de aprender a ler e a escrever num contexto de letramento, além do seu desenvolvimento integral. O Bloco Inicial de Alfabetização corresponde às crianças com 6, 7 e 8 anos de idade, organizadas em etapa I, etapa II e etapa III (DISTRITO FEDERAL, 2005).

Além dessas formas curriculares já mencionadas, há o ciclo inicial do Ensino Fundamental. Essa forma de organização curricular consiste nos dois primeiros anos de estudo da criança, denominado de 1º e 2º ano. Como exemplo, há a Secretaria de Educação do Rio Branco - Acre que utiliza essa organização. É importante frisar que a SMED iniciou a alteração no currículo a partir dessa modalidade intitulada de Ciclos de Estudos Básicos - CEB em 1987 (STREMEL, 2011, p.93).

Os estudos indicam que o sucesso de uma proposta educacional não acontece se realizada isoladamente. No caso da política dos ciclos, é necessário que a escola se transforme tanto nos aspectos administrativos, quanto pedagógicos (PENIN, 2000; SOUSA, 2000 apud FERNANDES, 2009, p.19).

As medidas necessárias que devem ser implantadas para que a escola ciclada seja bem sucedida são:

Grupos de reorientação ou de recuperação contínua para os estudantes com defasagem nos conteúdos; grupos de estudos para professores; acréscimos de horas extras para planejamento; agrupamentos de professores por ciclos; reorganização da grade horária; maior atenção à continuidade da proposta; estruturação de parâmetros curriculares para cada ciclo; estruturação de um sistema de avaliação coerente com essa nova lógica organizacional, a fim de verificar a aquisição de conhecimentos; informar e esclarecer aos alunos e às famílias o significado da nova organização; e, por fim a busca de uma coerência interna no projeto pedagógico entre a sua fundamentação teórica e prática (FERNANDES, 2009, p.19-20).

A partir dessas orientações, se faz necessário alterar a prática pedagógica dos docentes através de formação continuada, pois tais práticas estão fortemente ancoradas nos fundamentos da escola seriada. Essa alteração necessita de apoio dos sistemas de educação.

Antes da implantação dos ciclos no Ensino Fundamental I, os ciclos eram plurianuais, organizados em CEB 1 e CEB 2 (Ciclo de Estudos Básico), equivalente às 1ª e 2ª séries. O aluno “passava” do CEB 1 para o CEB 2 automaticamente, independente de ter alcançado as habilidades curriculares exigidas para o período de um ano. Na verdade, a literatura sobre ciclos aponta que o termo adequado para o que os professores chamam de aprovação automática é a progressão continuada. Os demais anos eram seriados (3ª e 4ª séries).

Com a política pública do Ensino Fundamental de 9 anos do MEC, através das Leis Federais nº 11.114/2005 nº 11.274/2006, a SMED, em 2007, implantou, de forma progressiva em todas as escolas da rede, o Ensino Fundamental de 9 anos.

Depois dessa alteração, o Ensino Fundamental I deixou de ser parcialmente seriado e ciclado e passou a ser organizado totalmente em ciclos de aprendizagem I e II. O ciclo de aprendizagem I corresponde aos alunos de 6 a 8 anos (1º, 2º e 3º anos de escolarização) e o ciclo II, aos discentes com 9 e 10 anos (4º e 5º anos de

escolarização).

Dentro do ciclo de aprendizagem I o aluno progride de um ano para ano, sem retenção. O mesmo só pode ser conservado no 3º ano, último ano do ciclo de aprendizagem I. No ciclo de aprendizagem II o mesmo acontece do 4º para o 5º ano, podendo ser conservado apenas do 5º ano.

Segundo Perrenoud (2004, p.12), logo na introdução de sua principal obra sobre oscilos, as concepções que se tem acerca dos ciclos de aprendizagem oscilam entre dois extremos: o polo mais conservador e o polo mais inovador. O polo mais conservador se caracteriza pela pouca mudança na organização do trabalho, nos programas, nas práticas de ensino, nas progressões e nas avaliações. O currículo é organizado em ciclos, mas as práticas pedagógicas permanecem apoiadas no sistema seriado. Já no polo mais inovador, a mudança de organização curricular impulsionou grandes mudanças na dinâmica escolar (PERRENOUD, 2004).

RESULTADOS

Diante desse contexto, apresentaremos os resultados obtidos na mudança da prática pedagógica dos docentes da Escola Municipal Lagoa do Abaeté no que tange ao currículo organizado em ciclos via formação continuada.

A partir da mudança de metodologia adotada no que tange a formação continuada da equipe pedagógica, alguns avanços puderam ser observados. O efetivo trabalho com um novo formato iniciou em 2011. Semanalmente os docentes tinham um período de 50 minutos dedicado a qualquer atividade que considerasse relevante para a sua prática pedagógica. Além das demandas parti do corpo docente, a coordenação pedagógica também elegia algumas temáticas para tratar com a equipe pedagógica.

Devido à necessidade de a escola adequar suas ações a organização da escola em ciclos, a coordenação pedagógica de forma isolada iniciou os estudos acerca da escola ciclada e se utilizou desse estudo para realizar as formações continuadas nos encontros individuais com os docentes.

Após dois anos de trabalho com foco na formação continuada da equipe pedagógica em torno da escola organizada em ciclos de aprendizagem alcançamos alguns avanços. Desses avanços, destacamos cinco.

O primeiro avanço é o mais simples de ter alcançado foi a reorganização dos professores por ciclos. Até 2009 todos os professores se reuniam todas às sextas-feiras, por duas horas para a realização da Atividade Complementar (AC). Esses encontros eram destinados a informes, reuniões, planejamento, conselho de classe, confraternizações, dentre outras atividades.

Em 2010 experimentamos um formato de AC da seguinte forma: uma sexta-feira havia formação continuada com os professores do ciclo I, enquanto os professores do ciclo II estavam reunidos para o planejamento quinzenal das aulas. Na sexta-feira seguinte ocorria o contrário. Os professores do ciclo II participam da formação continuada e os professores do ciclo I planejavam as aulas.

Inicialmente essa foi uma alternativa adequada para o tratamento de algumas temáticas que eram específicas para cada ciclo. O ciclo I, por exemplo, participou de formação continuada sobre os níveis conceituais de escrita, enquanto o ciclo II demandou estudos sobre os descritores da avaliação externa Prova Brasil.

Já em 2011, outro formato foi utilizado devido a dois principais motivos: os docentes queriam maior tempo para o planejamento e começou a não valorizar os encontros de formação continuada e algumas temáticas eram de necessidade e interesse de todos os professores como a utilização do portfólio e o trabalho com as classes de apoio à aprendizagem.

Assim, os encontros de formação continuada por ciclos deixaram de acontecer e as AC coletivas foram totalmente dedicadas ao planejamento. Para os professores que necessitam de mais informações sobre determinadas temáticas pedagógicas, havia as AC individuais semanalmente.

Mesmo todos os professores se reunindo semanalmente a organização de planejar com seus pares (professor do mesmo ciclo) foi mantida, pois foi criada uma cultura de trabalho coletivo onde cada um se responsabilizava por determinada atividade dentro de cada ciclo.

O segundo resultado e o que consideramos o mais tímido foi a estruturação de parâmetros curriculares para cada ciclo, pois a SMED já possui essa estruturação, porém os professores cobravam algo no que tange ao nível conceitual de escrita.

Dessa forma, a Unidade Escolar estipulou o que era esperado da criança ao final

de cada ano de escolarização a respeito dos níveis conceituais de escrita. Uma criança que ingressa no 1º ano de escolarização e nunca foi à escola normalmente se encontra no nível pré-silábico. Ao final do primeiro ano era esperado que ela no mínimo se encontrasse no nível silábico sem valor sonoro.

Além da criação de metas no que tange a escrita, criamos também metas sobre a leitura e a aprendizagem de conceitos matemáticos simples como a resolução de problemas envolvendo as quatro operações.

Apesar de simples, essas metas serviam de guia orientador nos momentos de discussões dos conselhos de classes bimestrais e demandavam a elaboração de planos de intervenção por ciclo e ou por ano de escolarização, quando os dados das turmas não se encontravam dentro do mínimo esperado. Isso evitava a intervenção tardia, pois a cada bimestre os dados eram analisados e possíveis alternativas encaminhadas.

O terceiro resultado se refere à questão da avaliação da aprendizagem, como já mencionado. Deixamos de realizar a semana de prova e iniciamos uma avaliação processual com a organização de atividades individuais do corpo discente que chamamos de Portfólio, mesmo sabendo que estamos muito longe dessa concepção.

Iniciamos a tentativa de alterar as concepções dos professores sobre avaliação da aprendizagem de uma forma mais tranquila via construção de portfólio apenas como uma coletânea de atividades, pois sabemos que é lento e difícil a quebra de paradigmas e mais ainda a mudança de postura. Reconhecemos que fazer a coletânea de atividades já está sendo trabalhoso, imagine se começássemos logo utilizando realmente a concepção de um portfólio?

Por isso, iniciamos a organização das atividades dos discentes em um classificador, chamando de Portfólio, para aos poucos incluir outros elementos (relatório, fotos, etc.) almejando alcançar um Portfólio de fato.

O quarto destaque é para uma nova forma de realizar o conselho de classe. Esse deixou de ser apenas discussões sobre os problemas dos alunos (falta de acompanhamento familiar e indisciplina) e passaram a contemplar a reflexão das nossas práticas via auto avaliação dos profissionais da escola, corpo docente avaliando equipe gestora, alunos avaliando professores e aluno se auto avaliando, acompanhado de criação e aplicação de ações em prol da melhoria da aprendizagem dos alunos.

O quinto resultado diz respeito à necessidade de trabalhar de forma diversificada

de acordo com o nível conceitual de escrita dos alunos, trabalhando com agrupamentos produtivos, tentando dar conta na própria sala de aula das classes de apoio à aprendizagem, outra demanda exigida pela organização curricular em ciclos de aprendizagem.

Vale ressaltar que a teoria dos ciclos de aprendizagem aborda sobre a necessidade das classes de apoio à aprendizagem no contra turno, porém essa é uma realidade muito distante da rede municipal de Salvador.

Atualmente existe em algumas escolas da rede, o Programa Mais Educação onde os alunos passam o dia na escola. Assim, tentamos utilizar esse programa como classes de apoio à aprendizagem, mas esbarramos na formação inadequada dos monitores. Os monitores normalmente são indivíduos que cursavam o antigo Magistério como Ensino Médio, ou estão cursando uma graduação. Esses não possuem conhecimentos e experiências suficientes para auxiliar os alunos no processo de alfabetização, acabando servindo como apenas “banca³”. Mesmo os professores experientes da rede municipal nem sempre possuem formação compatível para ser um professor alfabetizador.

CONCLUSÕES

Pensar em ciclos de aprendizagem e se basear na pedagogia diferenciada. Segundo Perrenoud (2000), "Diferenciar o ensino é fazer com que cada aprendiz vivencie, tão frequentemente quanto possível, situações fecundadas de aprendizagem". Dessa forma, a Pedagogia Diferenciada é uma perspectiva de educação que tem como base ações pedagógicas centradas na figura do discente ou em agrupamentos produtivos, para que assim cada aluno, cada grupo com características de aprendizagem semelhantes possam ser atendidos em suas especificidades.

O objetivo dessa pedagogia é a possibilidade de ofertar ao corpo discente formas diversificadas de aprender e de se formar, independentemente da classe social a que está vinculado, os recursos culturais e econômicos que possui.

É importante salientar que para que a Pedagogia Diferenciada aconteça nos espaços escolares, demanda uma série de mudanças, tanto na estrutura das instituições como na cultura escolar.

³Pessoas que são pagas para ensinar crianças no cumprimento do dever de casa no turno oposto aos estudos.

No que se refere às mudanças na estrutura das escolas, é preciso a criação de espaços diversificados devidamente equipados com os materiais pedagógicos necessários para que o professor planeje e execute aulas diversificadas de acordo com o ritmo de aprendizagem de cada educando ou grupo de educando. Esses espaços ultrapassa a ideia de uma escola com espaços comuns como laboratório de informática, laboratório de ciências e biblioteca.

Para que a Pedagogia Diferenciada possa ser praticada é preciso ressignificar a utilização desses espaços comuns mencionados. Embora, para grande parte do número de escolas nem sequer possuir esses espaços. Além da criação de espaços outros que se devidamente utilizados só tem a contribuir para a real aprendizagem do alunado.

As temáticas: Pedagogia Diferenciada, currículo organizado em ciclos, avaliação da aprendizagem, gestão do ambiente escolar, alfabetização de crianças, níveis conceituais de escrita, dificuldades de aprendizagem, metodologias de ensino, classes de apoio à aprendizagem, educação especial, educação inclusiva, etc., são algumas temáticas indispensáveis à política de formação que a SMED deve implantar se deseja realmente que a política dos ciclos de aprendizagem aconteça com sucesso em sua rede de ensino e altere os dados estatísticos da cidade do Salvador.

O formato dessa política de formação poderia se pensado juntamente com a equipe de profissionais que atuam no Ensino Fundamental I e que estejam nas unidades de ensino. Ouvir deles que temáticas eles possuem interesse, consultar as pesquisas existentes sobre os ciclos de aprendizagem para verificar o que é preciso ser alterado ou implantado nas práticas escolares, consultar as Instituições de Ensino Superior, os movimentos sociais e contratar uma consultoria que realmente possua experiência em ciclos de aprendizagem.

Pensamos que um formato interessante era inicialmente nivelar todos os profissionais com uma especialização em Escola Ciclada e ou cursos de aperfeiçoamento, através de uma parceira com uma universidade ou uma instituição de formação competente.

Em seguida ou paralelo ao nivelamento acerca dos conhecimentos sobre ciclos de aprendizagem, diversas ações poderiam ser criadas e ou intensificadas, dentro de uma grande política de formação de professores em ciclos da SMED de forma permanente. Vejamos algumas sugestões:

- Estímulo as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) na criação de grupos de estudo;
- Possibilitar que os profissionais participem dos Fóruns de Educação da Bahia;
- Criação de uma revista de cunho científico para divulgar as pesquisas dos profissionais da Educação Básica;
- Estímulo aos profissionais na realização de cursos de mestrado e doutorado;
- Criação de encontros anuais sobre as experiências de ciclos na SMED;
- Apoio financeiro aos profissionais que apresentem trabalhos em eventos diversos sobre os trabalhos desenvolvidos na rede municipal de ensino;
- Assinatura de revistas, periódicos sobre temáticas relacionadas à Educação Básica para os profissionais que atuam no Ensino Fundamental I.

É claro que algumas dessas ações já podem estar sendo desenvolvidas por alguma escola, alguma CRE, só necessita ampliar para toda a rede de ensino.

É de suma relevância a realização de uma pesquisa sobre os impactos da política dos ciclos no Ensino Fundamental I da cidade do Salvador através da comparação dos resultados educacionais (índices de aprovação, reprovação e evasão) antes e depois da implantação do ciclo para que a SMED possua dados reais do que realmente mudou com a escola ciclada.

Em suma, podemos concluir que a adoção da política dos ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental I é uma iniciativa da SMED em busca da melhoria da qualidade social da educação, mas para isso precisa alterar toda sua dinâmica escolar, a partir das necessidades expostas de uma escola organizada em ciclos e principalmente investir seriamente na formação de professores através de uma política de formação permanente com todos os profissionais que atuam no Ensino Fundamental I, avaliando no processo essa formação, para que eles possam adequar a prática pedagógica à organização curricular em ciclos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Professores.** Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

BALL, Stephen J., MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, Z. A dialética micro/macro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 153-165, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a08n113.pdf>>

CARNEIRO, Ana Luzia Magalhães. **Teoria Crítica do Currículo**: Contribuições para uma breve reflexão sobre o papel do professor universitário nos cursos de licenciatura. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, V. 1, N. 1, Dez. Jul. 2005-2006.

DAVID, Leila Nivea Bruzzi; DOMINICK, Rejany dos S. (Org.). **Ciclos escolares e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Secretaria de Estado de Educação. **Orientações gerais para o ensino fundamental de 9 anos: Bloco Inicial de Alfabetização – versão revista** – Secretaria de Estado de Educação. – Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2005.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. **Escolaridade em ciclos**: para a escola do século XXI. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

GATTI, B. A. **A formação dos docentes: o confronto necessário professor X academia**. *Cad. Pesq.* n.81, maio 1992.

LAROSSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde19/rbde19_04_jorge_larrosa_bondia.pdf>

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo**: currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LOPES, Alice C. Relações macro/micro na pesquisa em currículo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 129, set./dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0636129.pdf>>

MAINARDES, Jefferson. **A escola em ciclos**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise

de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>

_____. A organização da escolaridade em ciclos no Brasil: uma análise das pesquisas sobre processos de implementação. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.13-29, jan./abr.2008.

_____. **Cenários de aprendizagem: instâncias interativas em sala de aula**. In:

MARTINS, J. B (Org.). Na perspectiva de Vygotsky. São Paulo: Quebra Nozes, Londrina: Edições Cefil, 1999. p.27-49.

_____. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARIN FILHO, Carlos José. **Concepção de Políticas Públicas: definição, viabilização e execução**. Disponível em:

<<http://www.urisan.tche.br/~cursoplanodiretor/material/marin/cap1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NOVÓIA, A. **Universidade e formação docente**. Interface – Comunic, Saúde, Educ7. Agosto, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações**. Alegre: Artes Médicas, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem**. Cadernode Pesquisa, nº 108, p. 7-26, novembro/1999.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poíesis – Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

REIS, Andrea Pierre dos. **O currículo em ciclos no contexto da prática: com a palavra, o professor**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2010. (Orientadora: Arlette Medeiros Gasparello) Disponível em:

<http://www.uff.br/var/www/htdocs/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/andreaipierre.pdf>

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo: reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. **Coordenador Pedagógico: caminhos, desafios e aprendizagens para a prática educativa**. Salvador: SECULT/CENAP; AVANTE, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. **Plano Municipal de Educação: 2010 – 2020**. Salvador: SECULT/CENAP, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. **Política Municipal de Educação: pelas crianças plenamente alfabetizadas até os oito anos de idade**. Salvador: SECULT/CENAP, 2007.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 12/2007**. Altera a Resolução CME nº 004/2007 de 26/06/2007 e edita novos dispositivos. Salvador, 21 de dez. De 2007.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. **Salvador, cidade educadora: novas perspectivas para a educação municipal**. Salvador: SECULT/CENAP, 2008.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

SILVA, Edna Lúcia da; EстераMuszkat Menezes. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 3004.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **(Auto)biografia, identidades e alteridade: de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação**. Ano 2, Volume 4 – p.37-50 – jul-dez de 2008.

STREMEL, Silvana. **A organização da escolaridade em ciclos de aprendizagem: uma análise dos processos de recontextualização e de formulação de políticas.** 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011. (Orientador: Jefferson Mainardes). Disponível em: <http://bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=614>

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002